

Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais¹

Raifran Abidimar de Castro

Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Açailândia, Maranhão, Brasil.
e-mail: raifrancaastro@ifma.edu.br

Resumo

Objetivo deste artigo é demonstrar como as comunidades rurais maranhenses resistem às estratégias de dominação e territorialização das grandes corporações empresariais, principalmente das empresas Vale S/A e Suzano Papel e Celulose S/A. Para isso foram selecionadas as relações entre a mineradora e os trabalhadores rurais do Assentamento Francisco Romão, localizado em Açailândia (MA); e entre a silvicultora e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, em Cidelândia (MA). A relevância do artigo é demonstrar que apesar do incentivo do poder público à instalação de estruturas logísticas, industriais e florestais ligadas às multinacionais, sobressaindo-se às políticas públicas para as comunidades rurais, os trabalhadores camponeses ainda resistem às constantes investidas corporativas pela ampliação do seu poder nos territórios dos assentamentos e das reservas extrativistas maranhenses.

Palavras-chave: Luta política; Maranhão; assentamento rural; reserva extrativista.

Peasant *maranhenses* resisters to strategies of domination and corporate territorialization

Abstract

Purpose of this article is to demonstrate how rural communities maranhenses resist territorialization strategies of domination and major business corporations, mainly of companies Vale S/A and Suzano Papel e Celulose S/A. For this reason it was selected the relations between the mining and rural workers of the Settlement Francisco Romão, located in Açailândia; and between silvicultora and the tappers coco of the resex Ciriáco, Cidelândia. The relevance of the article is to demonstrate that, despite the encouragement of public power to the installation of logistic structures, industrial and forestry related to multinational companies, with the public policies for rural communities, workers, peasants still resist the constant corporate invested by expansion of its power in the territories of settlements and of extractive reserves maranhenses.

Keywords: Political struggle; Maranhão; rural settlement; extractive reserve.

Resistencia campesina *maranhenses* a las estrategias de dominación y territorialización empresariales

Resumen

¹ Este artigo integra as análises realizadas pelo autor durante a sua pesquisa de tese, realizada no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Prof. DR^a. Edna Maria Ramos de Castro. Nesta pesquisa houve o apoio financeiro do Programa de Bolsas de Incentivo à Qualificação Docente (PROQUALIS) do IFMA.

El objetivo de este artículo es demostrar cómo las comunidades rurales maranhenses se resisten a las estrategias de dominación y territorialización de las grandes corporaciones empresariales, principalmente de las empresas Vale S / A y Suzano Papel y Celulosa S / A. Para ello se seleccionaron las relaciones entre la minera y los trabajadores rurales del Asentamiento Francisco Romão, ubicado en Acailândia (MA); y entre la silvicultora y las quebradoras de coco de la RESEX Ciriáco, en Cidelândia (MA). La relevancia del artículo es demostrar que a pesar del incentivo del poder público a la instalación de estructuras logísticas, industriales y forestales ligadas a las multinacionales, sobresaliendo a las políticas públicas para las comunidades rurales, los trabajadores campesinos todavía resisten a las constantes inversiones corporativas por la ampliación de su sector poder en los territorios de los asentamientos y de las reservas extractivistas maranhenses.

Palabras-clave: Lucha política; Maranhão; asentamiento rural; reserva extractiva.

Introdução

Os grandes estímulos governamentais para as empresas multinacionais dos setores de mineração, do agronegócio e florestal tornaram-se uma preocupante realidade na região do MATOPIBA². Dois grandes projetos merecem destaque: a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), que será utilizada prioritariamente pela mineradora Vale S/A; e a instalação da indústria da Suzano Papel e Celulose S/A, e do projeto florestal voltado para a manutenção das atividades desta empresa na região. Nos dois casos observa-se uma expansão da atuação corporativa empresarial nos cotidianos comunitários, e este contexto deve ser analisado. Por isso o objetivo deste artigo é demonstrar como as comunidades rurais maranhenses resistem às estratégias de dominação e territorialização das grandes corporações empresariais, principalmente das empresas Vale S/A e Suzano Papel e Celulose S/A. Para isso foram selecionadas as relações entre a mineradora e os trabalhadores rurais do Assentamento Francisco Romão, localizado em Açailândia (MA); e entre a silvicultora e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, em Cidelândia (MA).³

Foram aplicados os seguintes pressupostos teóricos e procedimentos técnico-metodológicos: principal base teórica e metodológica adotada é a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, selecionada considerando o entendimento de que as relações entre determinados agentes são pautadas em lutas; e, que são produzidas dentro de um campo, guiando as estratégias a serem utilizadas pelos agentes (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989). Além disso foram analisadas variáveis relacionadas com as estratégias empresariais e as comunitárias, utilizando de: relatórios disponibilizados pelas empresas; relatórios e informações disponibilizados pelas comunidades e pelo Estado (INCRA, ICMBio e prefeituras); atas de reuniões e contratos assinados entre as empresas e as comunidades; e

² Acrônimo utilizado para definir a região abrangida pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

³ Destaca-se que a equipe da mineradora Vale intensificou sua ação no assentamento Francisco Romão a partir do ano de 2009; e que a silvicultora Suzano aproximou-se das quebradeiras de coco da Ciriáco também no mesmo ano. Nas duas situações o objetivo era disseminar informações importantes sobre os projetos industriais e logísticos das empresas.

entrevistas com os representantes empresariais, com representantes do Estado, com representantes de organizações parceiras dos trabalhadores rurais, e com os assentados e as quebradeiras de coco; complementadas com análise em campos, observando o cotidiano das duas comunidades.

Na sequência desta introdução é apresentada uma breve, porém importante base teórica sobre as estratégias empresariais na relação com comunidades rurais, e sobre as resistências destas comunidades às ações das grandes corporações. Em seguida são apresentadas as principais características históricas e territoriais das duas comunidades. Conclui-se com a análise das estratégias de resistência comunitárias; encerrando-se com as considerações finais.

Estratégias empresariais e resistências comunitárias

Para Harvey (2004) as grandes corporações empresariais atuam através de uma “acumulação via espoliação”. Entende-se que as grandes empresas buscam sobretudo estabelecer seus poderes dos territórios comunitários⁴, considerando-se que não há possibilidade de aquisição destas terras. Wallerstein (2003) chama atenção para a transformação de tudo em mercadoria, incluindo nisto o território como numa situação de inclusão no mercado de consumo, transformando-o em algo a ser explorado e/ou consumido. Harvey (1992) cita inclusive a incessante busca das grandes empresas em tornar o cidadão apenas um “cidadão-cliente”, onde o objetivo é fazer com que a sociedade busque apenas concretizar suas necessidades básicas de consumo, sem entender todo o engendramento social que envolve a produção desta empresa.

Considerando este sentido de atuação estratégica, Afonso (2012, p. 82) cita que, em termos de questões socioambientais, a ação empresarial “[...] tem se revestido de um sentido econômico-financeiro, vinculado a uma necessidade de posicionamento no mercado, por meio da diferenciação competitiva.”; na busca por esta posição, investe-se em demonstrar adequação às regras do mercado. Para Boltanski e Chiapello (2009), a literatura voltada para a gestão empresarial empenha-se em disseminar um discurso demonstrando que as empresas adequam-se às novas exigências, dentre elas à da atuação social corporativa. Neste sentido, Boje (2002) cita que há uma disputa entre o discurso praticado pelas elites, dentre elas as grandes corporações econômicas, e o discurso elaborado pelos movimentos

⁴ Destaca-se que o entendimento de território trabalhado neste arquivo se relaciona aos conceitos apresentados por Santos (2007, p. 13) que o destaca como “[...] o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.”; e por Haesbaert (2004, p. 235), que acrescenta o território é “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).”

sociais. Nos dois extremos está a luta entre o divulgado e a realidade das ações sociais empresariais.

Ao relacionar a globalização com os mecanismos macroeconômicos de gerenciamento empresarial, Cardoso (2006, p. 1133) destaca que “[...] as organizações empresariais lidam com públicos com demandas não só de produtos e serviços, mas também com claras demandas de diálogo.” Neste sentido, destaca-se que estes mecanismos de relacionamento com comunidades, não podem ser tratados apenas como estratégia de *marketing*, “[...] tática comum entre as empresas que se apresentam como naturalistas.” (ROSSETI, 2007, p. 251). Deve-se considerar que de fato há casos em que as corporações atuam, e se observa certos ganhos sociais, mas que são explorados para ampliar a simbologia positiva da empresa, interna e externamente. Para Ferreira, Afonso e Bartholo (2008a) ao valorizar os princípios de uma atuação “socialmente responsável” na empresa, esta

[...] cria espaços de diálogo, nos quais podem ocorrer juízos críticos para o reconhecimento de limites à sua atuação. O reconhecimento desses limites potencializa a promoção de motivações e transformações para a concretização de programas e ações socialmente responsáveis pela estratégia e pela estrutura das organizações (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008a, p. 30).

Para Altman (1998a; 1998b), é necessário que as ações sociais vinculem-se às necessidades econômicas competitivas das empresas. Neste entendimento, é importante considerar que estas: “[...] ações descontinuadas e desconectadas do planejamento da instituição, revestem-se do caráter de filantropia, e não indicam necessariamente que a instituição está no caminho para a implantação da responsabilidade social.” (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b, p.75). E sobre esta “filantropia empresarial”, Melo Neto e Froes (2001) destacam que ela visa o lucro, pois intenta em satisfazer anseios e necessidades dos clientes e dos investidores; além das demandas do mercado, reduzindo os riscos sociais de atuação em determinadas regiões.

Ao tratar do “risco social”⁵, Acselrad e Giffone Pinto (2010) destacam que certas “ações sociais” empresariais obtêm relevância quando estes riscos significam danos à reputação e aos mecanismos operacionais. Neste sentido, Gaviria (2015) acrescenta ainda que esta temática vincula-se às ações empresariais voltadas para a ampliação dos seus poderes nos territórios, pois

A ‘licença social para operar’⁶ surge, sem dúvida, como uma ativa aposta empresarial de intervenção sociopolítica para o acondicionamento dos

⁵ Diz respeito aos riscos a serem considerados por uma empresa ao planejar suas ações em uma localidade.

⁶ “O que os agentes do mundo corporativo vêm chamando de licença para operar não se refere apenas à licença dos órgãos públicos, mas fundamentalmente à ‘licença social’, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, ao ambiente estável à sua realização.” (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010, p. 57-58).

territórios às necessidades do capital extrativo. Ela possibilita nomear, legitimar e dar conteúdo concreto às formas de combate aos riscos que a sociedade representa para os negócios. É através de estratégias desse tipo, isto é, de gestão empresarial do consentimento, que as empresas mineradoras desenvolvem e complexificam seus mecanismos de territorialização na atualidade (GAVIRIA, 2015, p. 150).

Devem-se considerar os seguintes fatores, para se conhecer como as “ações sociais” podem ampliar a dominação empresarial: se os investimentos nas comunidades resultam em lucros (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b); quais as interligações das ações nas comunidades com os interesses de mercado, principalmente relacionados com a competitividade (ALTMAN, 1998a; 1998b); como estes projetos são planejados, e se estão vinculados ao programa geral de investimentos das empresas (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b); se há redução dos riscos à reputação (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010); e se é estabelecida uma relação de dependência e de “gratidão” para as comunidades (RAJAK, 2009).

É importante considerar que os movimentos sociais do campo ampliam sua participação em diversas temáticas importantes para seu cotidiano. Dentre estas destacam-se: a luta pela melhoria da educação (DAMASCENO; BESERRA, 2004); por melhorias na agricultura camponesa (FERNANDES, 2000); realizam debates sobre um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil (CALDART, 2001); além da busca pela distribuição de terras e riquezas (VENDRAMINI, 2007). Scherer-Warren (2005, p. 68) destaca que os movimentos “[...] valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física”. E ainda se unem pela ampliação dos investimentos públicos na agricultura familiar.

Para Fernandes (2000, p. 66), depois de passarem por momentos de intensos embates com diversos setores, os movimentos sociais do campo receberam mais atenção; e “[...] esses camponeses sem-terra falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros.”. Além disso, estabelecem redes de solidariedade para o fortalecimento da luta política (SANTOS, 2014).

Ao considerar a expansão da ação empresarial junto às comunidades rurais, Zhouri (2008) nos apresenta análises importantes, destacando que todo o processo de investimentos na primarização das economias, resulta na concentração de terras e no baixo nível de empregabilidade; além do baixo investimento nas pequenas propriedades. Dentre estes projetos se destacam os “[...] projetos envolvendo mineração, hidrelétricas, monoculturas de eucalipto, de soja, entre outros concentradores de grandes extensões territoriais.” (ZHOURI, 2008, p. 06).

Ao tratar da necessidade da ação estratégica em resposta aos agentes públicos e privados, Silva e Fagundes (2011, p. 70) citam que o movimento social do campo, “[...] precisa se colocar primordialmente como um ente planejador de seu território, caso contrário, ficará sempre a margem da lógica do planejamento do Estado, que, pela experiência, entendemos que é a lógica do capital.” Arguedas (2017) acrescenta ainda que três dimensões devem estar relacionadas, quando as comunidades rurais decidem defender seus territórios: o fortalecimento da identidade comunitária; o relacionamento com os movimentos sociais; e as lutas em defesa do território.

Não se pode desconsiderar que as empresas vêm logrando êxitos com suas estratégias de dominação. Mas os movimentos de resistência comunitária também conseguem estabelecer estratégias reacionárias aos poderes das multinacionais. Sejam elas de grande repercussão, como as manifestações públicas, ou as resistências “infrapolíticas” (SCOTT, 2013). Neste sentido são apresentadas a seguir algumas características das comunidades analisadas neste artigo.

Breve contextualização histórica e territorial dos agentes comunitários

Em relação à RESEX Ciriáco, tem-se que o início do que era apenas um povoado remonta à década de 1950, quando um trabalhador rural chamado de José Ciriáco, veio do Piauí em busca de terras para o sustento da sua família. Este se instalou às margens do hoje denominado riacho Andirobal. Este curso d’água que tem sua nascente em território cidelandense, atravessa toda a reserva e deságua no rio Tocantins.

Com o tempo, outros trabalhadores rurais se instalaram no local, fossem eles familiares, amigos e/ou conhecidos do José Ciriáco (LIMA, 2010). Mas a ocupação que começou lentamente, não foi pacífica. O contexto regional do município de Cidelândia, onde se encontra 100% da área da reserva, é marcado por conflitos entre comunidade rurais e grandes proprietários de terras.

Durante anos as famílias que hoje estão na área tiveram que estabelecer lutas políticas para a devida ocupação, e para a regularização da área como reserva extrativista. Mas Droulers *et al.* (2008) citam que a regularização da Ciriáco foi mais uma tentativa do Governo Federal de demonstrar preocupação com as questões ambientais, do que uma busca dos comunitários.

Tem-se ainda que o processo de ocupação da área foi uma estratégia para a distribuição das terras, ainda que estivesse presente nos discursos comunitários da época a

busca pelo extrativismo social e ambientalmente sustentáveis. Questão também citada por Vanusa Babaçu⁷ em entrevista.

É importante citar que houve uma luta comunitária por esta área. Havia conflitos judiciais e políticos, onde, de um lado estavam os fazendeiros e políticos da região, e os trabalhadores rurais do outro. Podem-se citar as pesquisas apresentadas por Nóbrega (2015), Sousa (2015), Santos (2010), Santos e Andrade (2009), e Almeida (1994), que destacam os graves momentos de conflitos entre os trabalhadores rurais, dentre eles os extrativistas, e os grandes fazendeiros, políticos e coronéis da região.

Ainda que existam estas discordâncias a respeito dos reais objetivos desta RESEX, o fato é que o território foi enquadrado como Unidade de Conservação (UC), na classificação de “uso sustentável”. A RESEX Ciriáco foi criada através do Decreto Nº 534, de 26 de maio de 1992 da Presidência da República (BRASIL, 1992). Este foi revogado pelo Decreto de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), onde são definidas as fronteiras e a área que atualmente estão disponíveis para os trabalhadores.

No ano de 2003 foram realizados os processos de “loteamento” e de distribuição dos lotes entre os sócios da Associação dos Trabalhadores Agroextrativista da Reserva Extrativista do Ciriáco (ATARECO). Atualmente são em torno de 150 famílias ligadas diretamente à RESEX, segundo dados fornecidos pelo ICMBio. A UC Abrange as seguintes comunidades: Alto Bonito, Ciriáco, Centro do Olímpio, Rua Nova, Vila Fiquene e Viração; como demonstrado na Figura 01.

Dentre os parceiros históricos da comunidade destacam-se: o Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Imperatriz; o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU); e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O MIQCB é apresentado por Droulers *et al.* (2008, p. 07) como o parceiro mais influente na comunidade.

⁷ Vanusa Babaçu é Vanusa Silva Lima, pesquisadora e fotógrafa que há mais de vinte anos pesquisa e registra com fotografias o cotidiano das quebradeiras de coco.

Figura 1: Localização das comunidades atendidas pela RESEX Ciriáco.



Fonte: ICMBio. Organização do autor.

Com a organização da comunidade, somada à ampliação da visibilidade da função socioambiental das quebradeiras, associada à articulação destas trabalhadoras na região, e apoiadas pelo MIQCB, no ano de 2005 é aprovada a Lei Municipal nº 001, que trata da defesa dos babaçuais presentes no município de Cidelândia. Esta “[...] dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Cidelândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências.” (CIDELÂNDIA, 2005).

Apesar dos recentes investimentos em outras atividades econômicas como o beneficiamento da farinha do mesocarpo, historicamente os trabalhadores comercializam carvão proveniente da queima do carvão do babaçu, vendendo-o às siderúrgicas de Açailândia (MA), e, em alguns casos, até para as de Marabá (PA). Para Shiraishi Neto (2017), além do aumento da criação de gado na RESEX, este contexto do carvão é complexo, pois:

A expansão da produção de ferro-gusa, com as denúncias de trabalho escravo nas carvoarias, fez com que as indústrias passassem a se interessar pela produção do carvão do coco do babaçu. O ICMBio, por meio de seu técnico, levou e incentivou a produção do carvão do coco na área da reserva extrativista do Ciriáco. Como as indústrias são muitas e a produção do carvão deve acompanhar essas necessidades, esse fato levou à coleta indistinta dos cocos, mesmo que os produtores do carvão alegassem o contrário, que estavam produzindo o carvão a partir dos cocos maduros e podres. A coleta não seletiva do coco para a produção do carvão, sem qualquer cuidado com as garantias de reprodução das palmeiras, tem contribuído com o processo de devastação dos babaçuais na região. A despeito das denúncias e dos reclamos, a atividade de produção do carvão do coco prosperou e perdura no interior da reserva do Ciriáco. (SHIRAISHI NETO, 2017, p. 161).

Além do babaçu, e os diversos usos dessa palmeira, a comunidade valoriza o uso das castanheiras para ampliação da renda dos extrativistas. Segundo Droulers *et al.* (2011, p. 169) “[...] 90% dos com mais de 45 anos praticam uma atividade do setor primário (agricultura, extrativismo), enquanto é o caso somente para 54% dos mais jovens.”

Mas isso não representa que as quebradeiras de coco babaçu desta vila tenham conquistado uma verdadeira melhoria nas suas qualidades de vida. As idosas, já aposentadas, vivem geralmente do dinheiro da previdência. As mais novas têm o sustento básico vinculado aos ganhos dos esposos; e também da complementação de renda dos programas estaduais e federais, como o Bolsa Família.

Dentre as principais considerações sobre as quebradeiras de coco da Ciriáco, podem-se citar que a maioria já compõe o movimento de defesa dos babaçuais da região há mais de 20 anos. Algumas delas participaram inclusive das manifestações pela regularização da reserva; outras, que chagaram mais recentemente, citam conhecem e valorizam a história de luta enfrentada pelas demais.

As quebradeiras de coco relataram que se interessam em permanecer na RESEX, mas que para isso precisam de atividades que complementem suas rendas. O consenso principal é o orgulho em serem quebradeiras de coco, mas há um grande receio de que, pela falta do estímulo às mais jovens, esta atividade seja esquecida; e que elas percam esta identidade como trabalhadoras do campo. O único apoio recebido por estas trabalhadoras são os vinculados com os programas de distribuição de renda do Governo Federal (Bolsa Família), e de pagamento por serviços ambientais como o Bolsa Verde (MMA). Os dois somados, não garantem uma qualidade básica de sobrevivência.

O Estado não realiza os investimentos necessários, e as trabalhadoras precisam obter recursos para manter suas atividades cotidianas fundamentais, como a alimentação. Pressionados pelos pesquisadores e pela população em geral, veem como alternativa dialogar com grandes empresas como a Suzano, vislumbrando a possibilidade de melhorar sua condição financeira sem agredir o ambiente natural que é fortemente defendido por elas.

E aliar uma melhoria de renda sem agredir o ambiente, e seguindo os critérios da agricultura familiar sustentável também é uma jornada seguida pelos assentamentos rurais do oeste maranhense, por exemplo o Assentamento Francisco Romão. Como qualquer trabalhador rural que luta pela reforma agrária, a história dos assentados desta comunidade também é marcada por diversos momentos de resistência.

Em termos de contexto regional, o início dos anos 2000 é marcado como um dos períodos de poucos assentamentos sendo regularizados na região de Açailândia. Isto ampliou a articulação entre as diversas famílias que hoje fazem parte do Francisco Romão. Este assentamento é fruto da mobilização e da organização de trabalhadores rurais que se encontravam “sem-terra” para realizar suas atividades.

Antes de ocuparem a área que hoje se encontram, ficaram cerca de um ano acampados às margens das rodovias que cortam o município de Açailândia (BR 010 – Belém/Brasília; e a BR 222 - Fortaleza/Marabá); além de dois períodos na sede do INCRA, no mesmo município, já no ano de 2007.

Cerca de 120 famílias ficaram acampadas na área da fazenda “Monte Cristo”, nas proximidades da ponte que passa sobre o rio Pindaré, e que também abrange o percurso da BR 222.⁸ Estas famílias ficaram cerca de 30 dias nesta localidade, quando foram despejados por ordem da justiça, a pedido dos proprietários. No período em que estiveram neste acampamento, não tiveram apoio, o que ampliou a necessidade de mudança para outro local. Para o novo acampamento foi escolhida uma localidade às margens da BR 010.

⁸ Este rio foi utilizado para estabelecer a fronteira entre os municípios maranhenses de Açailândia e Bom Jesus das Selvas.

A escolha da BR 010, próximo ao antigo posto de combustíveis “Jacaré”⁹, município de Açailândia, se deu por dois principais motivos: a possibilidade de ampliar a visibilidade para o movimento, considerando que esta é uma das principais rodovias das regiões Norte/Nordeste; e a informação dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, de que havia diversas propriedades que não recebiam o uso econômico devido pelos seus proprietários.

No mês de janeiro de 2008 se instalaram na sede da fazenda “Conquista I” localizada em Açailândia, e distante apenas 200 metros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), como ilustrado na Figura 02. O processo de ocupação foi conflituoso com o proprietário da fazenda, mas para resguardar os envolvidos, maiores detalhes não serão citados. Hoje a sede da fazenda é utilizada para a realização de reuniões.

Depois de instalados, decidiram que o assentamento se chamaria Francisco Romão, em homenagem a um trabalhador que faleceu por picada de cobra durante a ocupação. Hoje há no assentamento 102 famílias. Dentre os parceiros históricos têm destaque o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Açailândia, o Movimento dos Sem Terra (MST), e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) foi liberado pelo INCRA em 2013; iniciando a regularização das associações. Atualmente são três: a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Francisco Romão (AAAFR), fundada em 2010; a Associação Frutos da Terra (AFT), fundada em 2013; e a Associação Boa Esperança (ABE)¹⁰, citada anteriormente.

Como ainda se encontra na fase de implantação, são poucos os trabalhadores que já têm algum retorno financeiro dos trabalhos com a terra; e que são pequenos por conta do pouco apoio das instituições públicas. Na maioria dos casos, os trabalhadores vivem do apoio dos governos estadual e federal, por meio de políticas de ampliação de renda (Bolsa Família), e de cestas básicas pelo INCRA. O plantio e a criação de animais estão em fase inicial, mas como não são todos os beneficiados pelos primeiros financiamentos públicos, ainda há dificuldade de trabalho conjunto.

Na mesma conjuntura de pouco apoio do Estado às quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, os trabalhadores rurais do assentamento Francisco Romão também identificaram na relação com a mineradora Vale uma possibilidade de obter melhorias estruturais na agrovila, bem como para a produção agrícola comunitária.

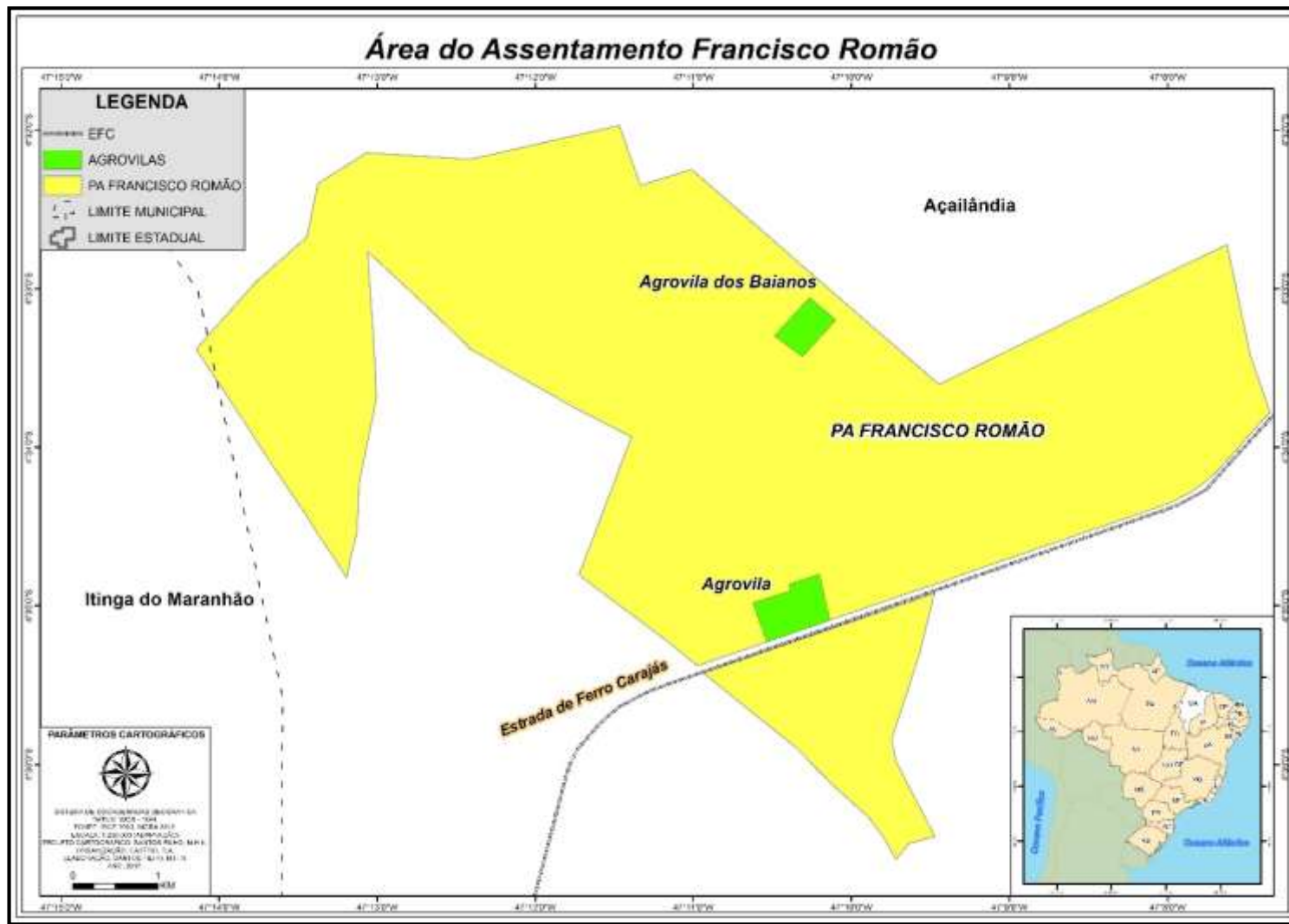
Nas duas relações (Quebradeiras de coco da RESEX com a Suzano; e assentados do AFR com a Vale) surgem dois investimentos, que são respectivamente: a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) na Ciriáco; e a perfuração de um poço

⁹ Localidade distante cerca de 20 Km da sede do município de Açailândia, sentido para Belém (PA).

¹⁰ Não há muito contato entre esta e as demais, devido aos problemas citados anteriormente.

artesiano e a distribuição de água deste na agrovila do Francisco Romão. Agindo estrategicamente, os representantes das duas empresas conseguiram transformar estas duas obras em referenciais simbólicos positivos para as empresas. O objetivo das empresas foi reduzir a capacidade de resistência comunitária às grandes obras logísticas, industriais, e aos projetos de expansão de monocultura que estas corporações investem na região. Mas não lograram êxito, pois apesar de ter reduzido as grandes manifestações contra as duas corporações empresariais, as resistências das quebradeiras de coco e dos assentados.

Figura 021: Área do Assentamento Francisco Romão.



Fonte: INCRA e observações em campo. Organização do autor.

As ofensivas empresariais e as resistências comunitárias

Na relação com o AFR, o principal objetivo dos representantes da mineradora Vale S/A é fazer-se presente na comunidade. Isto como estratégia de resposta às reivindicações comunitárias, pois não interessa para a empresa que seus representantes façam parte do cotidiano dos assentados. Mas ao perceberem que distanciando-se, ampliavam a possibilidade de organização comunitária, a mineradora avaliou uma maior atuação na comunidade como “estrategicamente necessária”. O foco da aproximação foi destacar os ganhos que os assentados poderiam obter com os investimentos da mineradora; além de identificar possíveis indicadores de organização comunitária para manifestações que causassem prejuízos à empresa.

Os representantes da Vale destacam que a DEFC integra um grande projeto de investimentos para ampliar a capacidade de exportação dos minérios. Busca-se com esta obra interligar este “crescimento dos negócios da empresa” à possibilidade de aumentar a destinação de recursos financeiros aos projetos sociais; inclusive aos reivindicados pelas comunidades rurais.

Como avaliador dos agentes e das suas potenciais estratégias, a Vale, como qualquer grande corporação, sempre realiza trabalhos de identificação de pessoas e de organizações que representam riscos e “influência negativa” na relação com as comunidades. Seus representantes consideram que, ao se aproximarem dos assentados, certas organizações podem ampliar a capacidade destes de pressionar a empresa. Portanto, além de realizarem constantes levantamentos sobre os cotidianos comunitários, os representantes da mineradora observam as parcerias do AFR com órgãos estatais, com organizações sindicais, ou até mesmo com os demais movimentos sociais.

A empresa utiliza dos capitais financeiro e cultural como meios para reduzir os embates. Obviamente que os representantes da mineradora sabem que suas grandes ferramentas para ampliar sua capacidade de ação são estes capitais. Com isso, buscam realizar serviços que ampliem a visibilidade positiva da empresa. Empenham-se em tornar os resultados positivos em referenciais simbólicos dos “ganhos da comunidade” ao estabelecerem “parcerias” com a mineradora.

A temática financeira é importante, mas o capital cultural torna-se um alicerce para os reais ganhos da empresa. Os representantes da Vale empenham-se em conhecer as demandas prioritárias para a maioria dos assentados, independente da problemática que estes possam envolver. Eles Buscam constantemente engradecer os ganhos dos serviços realizados, visando a redução de conflitos. Lucra a empresa, que reduz seus prejuízos com a

obstrução da EFC; além dos lucros simbólicos com a redução das manifestações contrárias às suas ações.

Como desarticuladora da rede de relações da comunidade, os representantes da mineradora se beneficiam da divisão interna entre os assentados, e ainda de problemas de relacionamento com os demais assentamentos. A mineradora sabe que a alternativa dos representantes do AFR é estabelecer uma importante rede de relações, com isso os seus representantes empenham-se em reduzir a capacidade de articulação comunitária, principalmente com as comunidades da região. Isto é feito através do uso do capital financeiro, pois a decisão das obras a serem realizadas em cada comunidade deve ser definida separadamente, de acordo com as “normas da empresa”. Sabendo das dificuldades enfrentadas pelos assentados, sejam elas financeiras, de relacionamento interno e/ou entre os assentamentos, agem para que cada comunidade exerça seu “poder de decisão”, e não decidam por resoluções conjuntas.

A própria metodologia dos Comitês de Interlocução (CI), onde o andamento da DEFC é avaliado separadamente por cada comunidade, potencializa o feito da individualização. Isto, aliado à pressão jurídica empresarial sobre as lideranças, resulta no afastamento de certas organizações. Estas estratégias somadas visam desarticular a comunidade, internamente, e também dos seus tradicionais e potenciais parceiros.

O *habitus* de disseminadora de uma simbologia positiva da empresa nas comunidades tem destaque, pois a Vale investe na intensa divulgação das suas ações. Utilizam-se de cartazes, panfletos e vinhetas radiodifundidas para que esta seja reconhecida como uma empresa preocupada com a segurança dos assentados, e com a qualidade de vida deles.

As reuniões são utilizadas como meios para que seus representantes, habilmente, usem a permissão para os pronunciamentos como oportunidades para a aplicação de “discursos reacionários” (BOURDIEU, 1991b) às constantes reivindicações comunitárias. Posicionam-se, e agem posicionando a empresa representada, como agentes de “prestígio” (BOURDIEU, 1999; 1998; 1991b; 1989) e “respeitabilidade” (BOURDIEU, 1998a; 1991a; 1991b; 1991d; 1989), utilizando-se do carisma (BOURDIEU, 1996b; 1991b) proveniente do intercâmbio de serviços financeiros (BOURDIEU, 1991b); e aplicam discursos estrategicamente “neutralizados” (BOURDIEU, 1996a; 1991b; 1991c) e “legítimos” (BOURDIEU, 2001; 1996a; 1991c).

A Vale realiza os serviços, pois percebe os lucros financeiros e simbólicos que obtém ao estabelecer uma relação sem grandes manifestações; principalmente quando destaca que estes serviços não são da sua responsabilidade, e que os realiza para beneficiar os assentados, e atender suas demandas. Os representantes da Vale utilizam-se dos seus capitais financeiro e cultural, para demonstrar aos trabalhadores rurais que pode fortalecer o

capital simbólico da mineradora, e, reduzir os usos deste capital pelo AFR. Além disso, a empresa não exerce influência sobre as organizações parcerias dos assentados (STTR, MST, JnT), mas consegue afastá-las da relação, ao ampliar o “diálogo” direto com os representantes do assentamento.

As demais comunidades são cooptadas a relacionarem-se diretamente e individualmente com a Vale, com a justificativa que desta forma os serviços são aprovados mais rápido. Em relação ao MPF, há um grande investimento da mineradora em elaborar contraprovas às denúncias comunitários, reduzindo a influência deste na relação.

Ao divulgar os investimentos em “projetos sociais” nos meios de comunicação da região, há um fortalecimento da visibilidade positiva de empresa; o que também interfere na relação com os assentados, pois alguns a percebem como “benfeitora”, fortalecendo as estratégias da corporação.

Dentre as estratégias da Vale destacam-se a “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983) aplicada por seus representantes. Estes se utilizam dos bens financeiros (recursos próprios, da Fundação Vale, ou dos financiamentos para a DEFC), logísticos (a própria EFC), e os estruturais (maquinários e canteiros de obra suas e das terceirizadas da DEFC), para estabelecer seus poderes sobre os trabalhadores rurais. A mineradora também aplica de processos de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989) direcionados para o AFR e para a sua rede de relação, pois os seus representantes estabelecem a “negociação direta e negociada” (ACSELRAD; BEZERRA, 2007) como mecanismo principal para a resolução dos conflitos.

Considerando a relação com as quebradeiras de coco, os representantes da Suzano destacam que seguem as orientações dos órgãos públicos que a fiscalizam. O destaque é dado ao MPF, considerando-se que os investimentos nesta RESEX são fruto da solicitação deste órgão, que requereu a inclusão dela nos seus investimentos sociais. Além disso, a Suzano utiliza sua base do capital cultural para ampliar a eficiência dos serviços realizados na comunidade, através da ampliação da simbologia positiva destes.

Sabendo de toda a problemática jurídica em atuar neste território, a empresa sempre busca, por obrigação ou resguardando sua imagem, atuar na comunidade em parceria com órgãos públicos como o ICMBio, a UEMA, a UFMA, o IFMA, dentre outros. Ao realizarem estas parcerias, reduzem possíveis pressões da comunidade, ampliam a sua identificação com “ações sociais” positivas, e estabelecem uma rede de cooperação para as suas atividades, reduzindo os custos, mas ampliando a visibilidade.

Favorecendo a silvicultura, tem-se principalmente o capital cultural, pois além do conhecimento técnico da área de “responsabilidade social”, e das estratégias de comunicação com comunidades, seus representantes conhecem o cotidiano e as formas mais adequadas de se contatar esta classe de trabalhadoras. Este contexto, aliado a um poderoso capital

financeiro, ampliou a capacidade de ação da Suzano. Além disso, seus representantes vinculam a imagem da empresa à geração de empregos e renda na região, o que melhora significativamente seu capital simbólico.

Para estabelecer seu poder político, a Suzano utiliza-se da sua estrutura de comunicação para divulgar os efeitos positivos da sua implantação. Além disso, usa da reputação e do reconhecimento positivo que os seus representantes têm na comunidade, para trazer a incerteza sobre os reais objetivos da empresa, o que caracteriza o seu “poder absoluto” (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989).

Em relação ao poder material, a silvicultora se utiliza do seu capital financeiro para influir e intensificar os demais poderes; contribuindo para o fortalecimento do seu poder simbólico. A medida que a empresa ampliou a sua influência na comunidade, os movimentos sociais parceiros se afastaram de algumas lideranças; e a divulgação das “ações sociais” foi intensificada.

Aplicando uma estratégia de “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b), e conhecendo a problemática do relacionamento com comunidades, e sabendo que estas são extremamente carentes de recursos, os representantes da Suzano preferem que estas entendam que, às grandes empresas, cabe realizar investimentos apenas nos setores exigidos pelos órgãos reguladores. O objetivo é reduzir a pressão sobre a empresa, com cobranças para todas as carências comunitárias.

A Suzano empenha-se em disseminar no cotidiano comunitário a simbologia de empresa “socialmente justa” e “ambientalmente responsável”. O foco é alterar a leitura que as extrativistas realizam das suas atividades, que, antes dos serviços (UBB), eram citados como degradadores do meio ambiente, e torná-las mais propensas à avaliação positiva da empresa. Seus representantes sempre “reconhecem” que a atividade da monocultura pode trazer certos problemas sociais, mas que a sua representada investe na prevenção destes; cumprindo suas responsabilidades jurídicas, ambientais e sociais. Ações pautadas no uso da “ação pedagógica” (ROSA; BRITO, 2009) e dos “signos distintivos” (BOURDIEU, 1996b) para “diferenciar” a Suzano das empresas que já causaram problemas socioambientais com a implantação de atividades degradadoras.

No caso da Suzano, há o tradicional uso dos bens financeiros e logísticos para defender sua atuação na região, e não somente na RESEX, utilizando-se da estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983); e que o melhor meio para concretizá-los é através do “diálogo”, como meio para ampliar os resultados da estratégia de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989).

As estratégias utilizadas pela Vale e pela Suzano nas duas comunidades, são destacadas por estas corporações como “ações sociais”; e são gerenciadas pelos setores de comunicação social e de responsabilidade social, respectivamente. Há um empenho destes

setores em elevar os ganhos simbólicos dos investimentos financeiros realizados, e ainda: obter “lucros” financeiros e políticos (FERREIRA; AFONSO; BATHOLO, 2008b); ampliar a competitividade no mercado (ALTMAN, 1998a; 1998b); reduzir os riscos à reputação (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2009); e a busca pela “gratidão” à empresa (RAJAK, 2009). Para isso se utilizam dos ritos, dos elementos arquitetônicos, e em certa medida, das imagens.

Nos ritos são utilizados diversos referenciais simbólicos para estabelecer suas regras; e para isso são aplicados gestos, palavras, e objetos (dentre eles as grandes obras arquitetônicas). O objetivo destes usos é influenciar os agentes a perceberem o mundo social pelas lentes dos dominantes (BOURDIEU, 1991c; 1989).

Como demonstrado nesta breve descrição das relações entre as empresas e as comunidades, apesar das estratégias da Vale e da Suzano que buscam uma dominação sobre os assentados e as quebradeiras de coco, há sempre resistências comunitárias. Se os assentados e as quebradeiras de coco não se submetem aos “esquemas de percepção e de disposições” (BOURDIEU, 2001) da Vale e da Suzano, isso indica que estes trabalhadores rurais não compartilham e não são cúmplices às estratégias de dominação empresariais. Ao contrário, estas comunidades lutam contra os “efeitos de intimidação” (BOURDIEU, 1989) da mineradora e da silvicultora, demonstrando suas “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013).

Nas análises sobre as essências das estratégias empresariais, observa-se um grande empenho da Vale e da Suzano em estabelecer referenciais simbólicos que ampliem suas capacidades de ação contra as manifestações comunitárias. De fato as empresas logram preocupantes lucros com os serviços realizados nos territórios do assentamento e da RESEX; mas, há importantes demonstrações de resistências comunitárias, que atestam a existência de estratégias de luta e de reação às investidas corporativas. Não se tratam de grandes manifestações, mas de “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013), que demonstram que a reprovação dos danos socioambientais, e a articulação contra a mineradora e a silvicultora pulsam no seio comunitário, fortalecendo a “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989) dos assentados e das quebradeiras de coco.

No processo de resistência dos assentados, eles avaliam/analisa todos os procedimentos da Vale, e identificam que o objetivo da mineradora é reduzir a ocorrência de manifestações que atrapalhem o andamento da DEFC. Chegam a este resultado, pois a comunidade sabe que os representantes da empresa só estabelecem contato com o AFR, por recearem a ocorrência de entraves ao prosseguimento da obra. Com isso, identificam como a DEFC pode impactar seu cotidiano, e como podem solicitar que estes problemas sejam prevenidos, e, em último caso, ressarcidos.

Para obter êxito na relação com a Vale, os assentados demonstram que a concretização dos investimentos financeiros pela empresa pode representar os ganhos que a Vale espera obter. Eles empenham-se em “teatralizar” (BOURDIEU, 2001; 1999; 1998; 1991b;

1989) que a passividade na relação entre ambos está vinculada às obras e serviços financiados pela mineradora; ainda que saibam que o uso da EFC continuará causando danos. Por isso, demonstrar uma “passividade” é considerada como importante, mesmo que vinculada às estratégias de “blefe” (BOURDIEU, 2005), de “dissimulação” (BOURDIEU, 1996b; 2001), e principalmente de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 2011), pois caso sintam-se prejudicados, os assentados deixam claro que realizarão novas reivindicações/manifestações.

Os assentados “associam” para os representantes da mineradora a concretização das reivindicações à uma relação sem conflitos. Mas, internamente, o objetivo é reduzir que outras comunidades, organizações parceiras ou até mesmo componentes do AFR, avaliem as obras e os serviços como benefícios recebidos, o que resultaria em ganhos simbólicos para a empresa. Ao contrário disso, empenham-se na vinculação destes serviços aos constantes danos socioambientais causados pela Vale, e ao interesse da mineradora em estabelecer a submissão/passividade da comunidade.

Em relação ao poder político, os assentados buscam o apoio da sua rede de relações para obter reconhecimento, e divulgar os problemas que sofrem por conta das ações da empresa. O agravante é que o seu poder estrutural comunitário é bastante reduzido, pois há uma grande dependência aos agentes mobilizados, para que os seus capitais jurídico e social tornem os efeitos das suas estratégias, além de positivos, mais intensos e imprevisíveis pela empresa. Esta característica também é observada na relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco.

A estrutura dos capitais das quebradeiras de coco da Ciriáco também tem uma grande dependência da rede de relações destas trabalhadoras camponesas. A complexidade burocrática e organizacional da gestão da RESEX, interfere para que a comunidade não consiga, sozinha, ampliar sua capacidade de relação e de aplicação de estratégias. Esse processo complexo pressiona as trabalhadoras a recorrerem aos seguintes “signos de reconhecimento” (BOURDIEU, 1998b): a demonstração de uma comunidade que recebe poucos benefícios do Estado, em suas três instâncias, mas principalmente do poder local; empenham-se em atestar que caso tenham suas demandas atendidas (estruturação da UBB), terão ferramentas para realizar processos produtivos sociais e ambientalmente mais sustentáveis.

Considerando toda a estrutura de poder estabelecida pela Suzano, as quebradeiras de coco percebem-se pressionadas ao diálogo, tendo como segunda alternativa aguardar os recursos financeiros do Estado. Estas sofrem os “constrangimentos” (BOURDIEU, 2001) impostos pelos grupos dominantes (vinculados ao Estado e ao Mercado), caso encorajem-se na luta contra estes grandes projetos empresariais. Considerando também o caso do AFR, a

única defesa destas comunidades é a atuação de alguns representantes do campo jurídico, neste caso do MPF.

Em relação à “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b) as quebradeiras de coco, prejudicadas pelo baixo investimento público nas suas atividades, decidem disseminar que cabe às empresas, beneficiadas pelos grandes financiamentos públicos, colaborar para que as pequenas comunidades rurais também cresçam financeiramente. Ao avaliar que a Suzano ampliou seu relacionamento com a Ciriáco devido à influência dos representantes locais do setor de relacionamento com comunidades, as quebradeiras de coco empenham-se em demonstrar a eles que são gratos pelos investimentos. Para isso utilizam-se da estratégia de “cooptação” (BOURDIEU, 2001), e empenham-se em aplicar o “carisma” (BOURDIEU, 1996b; 1991b) para convencê-los desta “aprovação”.

O maior bem das quebradeiras de coco é a riqueza natural da RESEX. Elas a utilizam como símbolo da necessidade de conservação da área, e que por isso precisam de apoio financeiro para que as atividades degradadoras não sejam implantadas na Ciriáco, o que enquadra-se na estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983). Esta, somada à busca pela “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989), pautada na propagação da necessidade de investimentos para que ações produtivas sustentáveis sejam realizadas.

A principal manifestação de resistências das quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco é a constante luta destas trabalhadoras para fortalecer suas raízes identitárias e dos seus territórios. Elas persistem na luta cotidiana pela manutenção dos seus principais referenciais simbólicos de acesso aos babaçuais, de coleta do fruto, da quebra e do beneficiamento. Para além de uma estratégia, esse processo integra as bases de uma luta histórica destas trabalhadoras por seu reconhecimento social, pela continuidade da sua cultura, e pelo seu direito de ampliar a renda familiar sem grandes impactos ao ambiente. Não há “orientação”, ou “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1989), e nem mesmo “cooptação” (BOURDIEU, 2001) de grandes empresas, que às induzam a declinar destas lutas, sejam elas políticas ou simbólicas, e até em defesa do seu território, e destes direitos que fundamentam as suas vivências cotidianas.

Considerações Finais

Duas análises deste artigo merecem destaque: os grandes investimentos públicos em projetos industriais e florestais de corporações empresariais; e as resistências comunitárias camponesas contra a imposição dos interesses destas empresas em seus territórios/cotidianos. Situações que se agravam a cada ano na região abrangida pelo MATOPIBA. E este artigo apresentou significativas considerações para entender com maior

profundidade analítica as estratégias da mineradora Vale S/A e da silvicultora Suzano Papel e Celulose na relação com comunidades camponesas.

Dentre as maiores contradições a serem destacadas tem-se a preocupante discrepância entre os vultosos investimentos realizados pelo Estado brasileiro nas grandes multinacionais, neste caso a Vale e a Suzano, e irrisórios empréstimos destinados às comunidades rurais. Além disso, o pouco apoio das organizações públicas e privadas na defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores camponeses amplia a capacidade empresarial de estabelecer estratégias de dominação; ainda que pulsem no assentamento e na RESEX as resistências cotidianas.

Neste sentido, menciona-se que o principal resultado deste artigo é contribuir para o debate sobre as resistências comunitárias e camponesas, demonstrando que, diferente do que acreditam algumas organizações públicas, privadas e alguns movimentos sociais, certamente estes trabalhadores ainda se organizam e debatem como agir contra os avanços dos grandes empreendimentos econômicos na região do MATOPIBA. Não se pode desconsiderar que algumas análises sem profundidade empírica, e sem a identificação da vivência cotidiana os trabalhadores rurais, pode, erroneamente, descrever certa passividade de assentados e quebradeiras de coco às estratégias corporativas. Por isso a ênfase em análise em campo mais cuidadosas.

Com isso, conclui-se que o foco das redes de relação das comunidades rurais abrangidas pelo MATOPIBA deve ser o fortalecimento da capacidade de organização dos movimentos sociais do campo; além de apoiar nas constantes lutas pelo fortalecimento das suas identidades camponesas, e também dos seus territórios. É inadiável que sejam fortalecidas e apoiadas as resistências comunitárias para que os trabalhadores rurais da região não sintam-se submetidos às estratégias de dominação e de territorialização das grandes corporações empresarias. E diante de toda a problemática e das análises expostas, se tem a perspectiva de que com o apoio dos movimentos sociais urbanos e camponeses, das organizações de ensino, e das organizações estatais de apoio aos trabalhadores do campo, todos trabalhando em rede, estas resistências serão fortalecidas, reduzindo os resultados das preocupantes estratégias de dominação empresarial.

Referências

ACSELRAD, H.; GIFFONE PINTO, R. A gestão empresarial do "risco social" e a neutralização da crítica. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51 – 64, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://migre.me/vruCn>. Acesso em: 22 ago. 2015.

AFONSO, R. C. M. **Jogo de sombras**: um estudo sobre diálogo entre empresas e comunidades no Brasil. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/uo1UAR>. Acesso em: 28 abr. 2015.

ALMEIDA, A. W. B. **A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1994.

ALTMAN, B.W. Corporate community relations in the 1990s: a study in transformation. **Business and Society Review**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 221-227, jun. 1998a. Disponível em: <http://migre.me/vrDZ3>. Acesso em 12 jan. 2016.

_____. Transformed Corporate Communititt Relation: a management tool for achieving corporate citizenship. **Business and Society Review**, Chicago, v. 102, n. 103, p. 43 – 51, apr. 1998b. Disponível em: <http://migre.me/vrEaS>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ARGUEDAS, A. G. Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas, o caso de Acauã (RN). **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 70 – 84, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/3fVTQk>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BOJE, D. M. Resistência carnavalesca ao espetáculo global. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 11-28, out./dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902002000400003>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. (Tradução de Ivone Castilho Benedetti). São Paulo: WMF Martind Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. O campo econômico. (Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi). **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 06, p. 15 – 57, abr. 2005. Disponível em: <http://migre.me/vrJ6l>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Meditações Pascalianas**. (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 22 fev. 2015.

CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://goo.gl/TUCd7f>. Acesso em: 15 mar. 2015.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr., 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000100005>. Acesso em: 06 de jul. 2015.

DROULERS, M.; BIAGGI, L.; CHARTIER, D.; NASUTI, S. La réserve extractiviste de Ciriaco: babaçu durable pour les petits producteurs? **Hal**, Paris, s/n, p. 1-14, fev. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/c3LDaJ>. Acessado em: 19 de setembro de 2015.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, jan./dez., 2000. Disponível em: <https://goo.gl/nMPnqy>. Acesso em: 16 de fev. 2015.

FERREIRA, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLLO, R. Implantação da Responsabilidade Social. In: SIMÕES, C. P.; FERNANDES, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLLO, R.

Responsabilidade Social e Cidadania: conceitos e ferramentas. Brasília: SESI, 2008b. p. 65 – 80.

GAVIRIA, E. M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 17, n. 2, p. 138-154, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/MuEk11>. Acesso: 18 fev. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Novo Imperialismo**. (Tradução de Adail Sobra e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, São Paulo. 2004.

_____. **A condição pós-moderna**. (Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria. Stela Gonçalves). Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

LIMA, V. A. **Reserva Extrativista Ciriáco – Cidelândia (MA) e a festa de Santo Reis**. 2010. Disponível em: <http://migre.me/uUPLE>. Acesso em: 05 set. 2016.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NÓBREGA, M. L. C. **Enfrentando a Sucuri-Verde: resistência camponesa e o território de uso comum – o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia maranhense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IG/UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/FgEwRL>. Acesso em: 22 jun. 2016.

RAJAK, D. “I Am the Conscience of the Company”: Responsibility and the Gift in a Transnational Mining Corporation. In: BROWNE, K.; MILGRAN, B. **Economics and morality: Anthropological approaches**. Plymouth: ALTAMIRA PRESS, 2009. p. 211 – 232. Disponível em: <https://goo.gl/vQi3JZ>. Acesso em: 26 de mar. 2016.

ROSSETI, G. Relações públicas das organizações com as comunidades locais. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSC, W. L (Org.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Sumus, 2007, p. 249-260.

SANTOS, R. L. **O Programa Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz, MA**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFG, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/VLmUnx>. Acesso em: 16 ago. 2015.

SANTOS, M.; ANDRADE, M. P. **Fronteiras: a expansão camponesa na Pré Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, M. **Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Editora Lamparina, Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 2007.

SANTOS, S. S. Movimentos sociais de luta por terra e moradia em Alagoas/Brasil: luta por reforma agrária e reforma urbana. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 3, n. 3, p. 92-106, set./dez., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/GiF1Hr>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SILVA, A. S.; FAGUNDES, L. F. Agroecologia e educação do campo. **NERA**, Presidente Prudente, (Artigo do mês), maio, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/2fh2iD>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SOUSA, D. **Transformações nas vidas das populações tradicionais a partir da criação da RESEX do Extremo Norte do estado do Tocantins**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). PPGER/UFV, Viçosa, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/KWuNzF>. Acesso em: 16 jun. 2017.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai./ago., 2007. Disponível em: <https://goo.gl/3xvgHo>. Acesso em: 14 jul. 2015.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. (Tradução de Andreia Galvão). In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Justiça ambiental, diversidade Cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97– 194, out., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>. Acesso em: 12 abr., 2017.

Sobre o autor

Raifran Abidimar de Castro – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Açailândia; **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2475-5462>.

Como citar este artigo

CASTRO, Raifran Abidimar de. Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

Recebido para publicação em 01 de junho de 2018.
Devolvido para a revisão em 11 de novembro de 2018.
Aceito para a publicação em 20 de novembro de 2018.
